



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 632017

Código de validação: ABD8F94A27

São Luís (MA), 10 de abril de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
NESTA

Assunto: **Relatório da Audiência Pública realizada em Açailândia.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência Pública realizada em Açailândia, no dia 23 de março do corrente ano, com abrangência do polo Judicial de Imperatriz.

A Audiência Pública foi a 2ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da clareza e fidedignidade com que foi confeccionada.

Assim, dou ciência do ocorrido por ocasião da Audiência Pública,





**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA**

na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Renovando manifestação de estima, subscrevo-me atentamente.

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 24/04/2017 17:15 (RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM AÇAILÂNDIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às 18h40min, no auditório do Instituto Federal do Maranhão, em Açailândia/MA, teve lugar a 2ª Audiência Pública promovida pela Ouvidoria Judiciária sob a gestão do ouvidor eleito para o biênio 2016/2017, Desembargador Ricardo Duailibe. A audiência abrangeu o polo judicial de Imperatriz, integrado pelas comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Tasso Fragoso, e contou com a participação de mais de 140 (cento e quarenta) pessoas, entre autoridades civis e militares, representantes da sociedade civil, de entidades de classe, lideranças comunitárias, serventuários, servidores públicos e estudantes. Iniciando a audiência foi apresentado o vídeo institucional da Ouvidoria do Tribunal de Justiça e foram chamados para comporem a mesa: o Juiz Diretor do Fórum de Açailândia, Dr. André Bogéa Pereira Santos; o Ouvidor Judiciário, Desembargador Ricardo Duailibe; o Prefeito de Açailândia, Sr. Juscelino Oliveira; a presidente da OAB, Dra. Stela Martins Chaves Anicácio; o Coordenador do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (NUPEMEC), Dr. Alexandre Lopes de Abreu; e o presidente da Câmara de Vereadores de Açailândia, Sr. Josibeliano Chagas Farias. O Desembargador Ricardo Duailibe deu as boas vindas aos magistrados, autoridades e população presentes. Reconheceu os problemas enfrentados pelo Tribunal de Justiça, mas elogiou os avanços alcançados. Destacou que a egrégia Corte deste Estado figura em termos de produtividade em 5º lugar no ranking nacional, e em 1º lugar se considerarmos apenas os Tribunais Médios. O Ouvidor explicou que o intuito da realização da audiência Pública era aproximar o judiciário da população e reafirmou o papel da Ouvidoria em ouvir os anseios da população e levá-los para a gestão para as providências. Agradeceu a presença de todos em especial a presença do público de outras comarcas. O Ouvidor cumprimentou as pessoas que compuseram a mesa, agradecendo primeiramente ao Diretor do Fórum da Comarca sede da audiência e após a dos componentes da mesa. Ato contínuo, abriu espaço para os integrantes da mesa se manifestarem. A palavra inicialmente foi exercida pelo Diretor do Fórum de Açailândia, Dr. André Bogéa Pereira Santos; que agradeceu o convite, saudou



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

os presentes e destacou a importância da audiência para a população e informou que todas as manifestações seriam recebidas e respondidas. Com a palavra o Prefeito Juscelino Oliveira, este parabenizou o judiciário por estar entre os primeiros Tribunais de Justiça em produtividade e reconheceu o esforço dos juizes que têm se desdobrado para dar resposta às demandas ingressadas no judiciário. Reforçou que o Judiciário maranhense tem avançado muito e que ele enquanto usuário dos serviços do judiciário se sentia satisfeito com o serviço prestado. Agradeceu ao Ouvidor pela escolha da cidade de Açailândia para Comarca sede da audiência. Após a fala do Prefeito, a presidente da OAB, Dra. Stela Martins Chaves Anicácio, destacou que o evento constituía-se como uma oportunidade para a população se manifestar. Informou que a Ordem dos Advogados seccional Açailândia tem se reunido com o Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil para desenvolverem propostas de melhorias para a região, mas que tais propostas têm esbarrado na questão da crise orçamentária. Destacou a importância econômica e industrial e o crescimento da cidade, mas ponderou que apesar desse crescimento econômico o judiciário não foi provido de uma estrutura equilibrada para comportar a demanda. Considerou ser a Comarca uma das mais prejudicadas entre as comarcas intermediárias, visto que possui duas varas que foram criadas e ainda não instaladas, não possuindo o Fórum espaço físico para a instalação das mesmas. Contam ainda com um número elevado de processos concentrados em uma vara específica, como ocorre na 1ª Vara cível e 1ª Vara Criminal. A primeira possui um acervo de quase 4 mil processos somente relacionados à Fazenda Pública e muitos casos relacionados à questão de Saúde, possuindo um total de quase 8 mil processos. A presidente da OAB exemplificou a morosidade citando um caso de um processo com mais de 20 anos de tramitação. Defendeu que deve haver uma melhor distribuição de servidores, devendo-se considerar a relação entre quantidade de servidores e demanda. Como ilustração mencionou o fato da Vara Cível possuir mais de 8 mil processos e possuir igual número de servidores de uma Vara de Família com cerca de 700(setecentos) processos. Quanto à Vara Criminal, enfatizou que outras comarcas não possuem a mesma demanda existente na 1ª Vara Criminal de Açailândia, que possui um juiz apenas para atender a toda demanda, o que tem causado um aumento na criminalidade diante da impossibilidade de dar uma resposta mais célere devido ao quantitativo. Comemorou o fato da Comarca estar finalmente com juiz substituto depois de muitos



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

anos, pois em anos anteriores chegou a possuir apenas dois juízes para responder por todas as varas da Comarca, devido aos afastamentos, previstos em lei, dos demais, e solicitou a ampliação do Fórum pois estão sem espaço físico para instalação de novas Varas. Ainda com a palavra a presidente da OAB, referiu-se a Morosidade na Turma Recursal de Imperatriz, que embora houvesse a promessa que seriam realizados diversos mutirões, os mesmos não foram realizados. O Juizado, criado com a intenção de maior celeridade por se tratarem de demandas mais simples, se desvirtuou de sua proposta inicial. Outra crítica tecida pela advogada foi o fato do pagamento de custas poder ser realizado somente no Banco do Brasil e apenas em valores acima de R\$ 1500 (mil e quinhentos reais), fator esse que constitui-se em um grande empecilho para os advogados, visto que na Comarca existe apenas uma agência do citado Banco. Ausência de lavabos suficientes, refeitório, sala de arquivo e estacionamento para parte e advogados foram outros problemas apontados pela Dra. Stela Anicácio, que informou que todas as providências solicitadas em oportunidade anterior ao Judiciário esbarraram na crise orçamentária, por isso defende que o Tribunal de Justiça precisa criar alternativas e encontrar soluções para as situações apresentadas, proferindo a seguinte frase: “Em tempos de crise, crie”. Apresentou como sugestões: a realização de mutirões processuais; a titularização dos juízes na Turma Recursal para que estes não respondam por outras varas e somente por esta unidade; a ampliação do Fórum; a regulamentação do estacionamento para advogados; a instalação da Vara da Fazenda e da 2ª Vara Criminal em Açailândia; a nomeação de juízes substitutos para auxiliarem os magistrados da 1ª Vara Cível e da 1ª Vara Criminal e por fim, uma dobra no quadro de servidores das duas varas, bem como a capacitação destes para a utilização dos sistemas PJE e VEP. Encerrou sua fala agradecendo a oportunidade de participar da audiência e a paciência dos ouvintes. O presidente da Câmara Municipal de Açailândia, Sr. Josibeliano Chagas Farias agradeceu o convite e pediu licença para se ausentar em virtude de realização de sessão com os demais vereadores. O Desembargador Ricardo Duailibe agradeceu o depoimento da presidente da OAB e disse acreditar que as demandas apresentadas pela advogada abrangiam quase que totalmente as demandas da população. Solicitou que as pessoas se identificassem ao se manifestar e colocassem meio de contato para que a Ouvidoria pudesse dar retorno às intervenções que não pudessem ser respondidas no ato da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telephone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

audiência. O Ouvidor destacou a importância da visita aos Fóruns, pois foi possível presenciar os problemas alegados e assumiu o compromisso de ser o principal aliado junto a presidência para a ampliação do Fórum. Quanto a novas nomeações, justificou que devido à crise orçamentária não será, a priori, possível realizá-las. Em seguida, o Coordenador do NUPEMEC, Dr. Alexandre Lopes de Abreu considerou como ponto positivo a abertura do judiciário à sociedade, pois representa uma busca em aprimorar os seus serviços. Fez referência à frase da presidente da OAB quanto a criar soluções e informou que o Conselho Nacional de Justiça vem adotando medidas inovadoras tais como a implementação do Processo Judiciário Eletrônico que reduz o quantitativo de processos além de permitir a liberação de mais espaço físico nas unidades judiciais. O magistrado afirmou que o Tribunal de Justiça está ciente das dificuldades e tem trabalhado para encontrar soluções. Representando uma dessas ideias, o Núcleo de Conciliação tem oferecido novos ambientes para que a população possa ter suas demandas atendidas e alcançar resultados pelo consenso das partes, merecendo destaque o uso das plataformas digitais de conciliação e mediação, que proporcionam o contato direto entre consumidores e empresas. Afirmou ainda ser necessário um incentivo institucional para implantação de tais sítios virtuais. Devido a limitação orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado, o Coordenador do Núcleo de Conciliação convocou a população a se unir ao judiciário para encontrar soluções para os problemas apresentados e encerrando sua fala, franqueou a palavra ao Público. O senhor Hugo Carvalho, que atua como conciliador na região, informou possuir boas experiências de resolução de conflitos pré-processuais. Demonstrou surpresa com o quantitativo de processos e lembrou que a população, em sua maioria, aciona o judiciário devido à ofensa a um bem jurídico, o que não seria necessário se houvesse uma conduta adequada dos demais Órgãos e propostas de conciliação à população. Se tal postura fosse colocada em prática, as demandas do Judiciário reduziriam consideravelmente. O manifestante questionou à Mesa sobre a criação de um centro de conciliação na cidade. O Coordenador do NUPEMEC, Dr. Alexandre, informou já ter realizado reuniões visando efetuar convênios para criação de um Centro de Conciliação na Comarca - algumas ainda por realizar - e que após essas definições serão tomadas as providências para instalação do Centro. O Dr. Ernos Sorvos, advogado militante na região, se reportou ao Diretor do Fórum e fez referência a um processo que já tramita há 20 (vinte) anos e



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

ainda não foi solucionado, solicitando do juízo maior atenção à causa. Frisou não ser culpa dos juízes a morosidade descrita, mas se tratar de uma herança de vários anos que a Comarca esteve sem juiz. Mencionou ainda outros dois processos, que tramitavam há mais de 10 (dez) anos nas Varas Cíveis de Açailândia. Solicitou um olhar clínico para os processos que envolvessem valor econômico. O Diretor do Fórum de Açailândia apresentou dados sobre a demanda da 1ª Vara Cível, que sempre possuiu um quantitativo de processos elevado. Esclareceu aos ouvintes que o Dr. Ângelo Antônio Alencar dos Santos, juiz titular da referida Vara, reduziu o número de processos de 7 mil para 2,5 mil processos em um período de aproximadamente um ano. Destacou o empenho dos servidores, que esporadicamente trabalham nos finais de semanas para dar vazão à demanda. Respondeu diretamente ao manifestante Sr. Erno Sorvos que analisará os processos mencionados pelo manifestante. O magistrado informou ainda que de um quantitativo de 3 mil processos baixou para 700 (setecentos), entretanto houve um significativo aumento na distribuição de processos. Destacou o trabalho da Dra. Dayna Leão, que tem continuamente se esforçado para manter o baixo número de processos em sua unidade judicial. Ressaltou que todos os magistrados têm se empenhado para dar um atendimento célere às demandas, entretanto, estas têm alcançado um número bem elevado. A distribuição de processos até o mês de maio do ano de 2016 superou todo o quantitativo de processos distribuídos no ano de 2015. Em defesa a alguns apontamentos feitos pela presidente da OAB, o diretor do Fórum da Comarca comunicou que o Tribunal tem oferecido sistematicamente treinamento para os servidores operarem no sistema PJE. Quanto ao problema de estacionamento para partes e advogados, informou que a restrição do uso para apenas servidores e magistrados se deu em virtude de problemas de segurança, devido à ocorrência de incidentes que desrespeitaram as regras de transporte de presos, assunto este já de conhecimento da Corregedoria Geral de Justiça, a qual determinou que provisoriamente seja mantida essa sistemática. O juiz André Bogéa relatou que a Diretoria possui um total de R\$ 4.000 (quatro mil reais) por ano para gerir toda a manutenção do Fórum, o que dificulta uma atuação satisfatória. O Vereador Aristides Aguiar, da Câmara Municipal de Montes Altos, criticou o distanciamento dos juízes em relação aos jurisdicionados e relatou que o magistrado da Comarca não atende ao público, nem mesmo aos advogados, e apesar de reconhecer que existe uma grande demanda, já que a Comarca de Montes



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

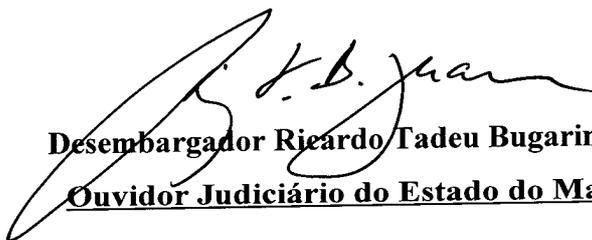
Altos engloba outros três municípios, o vereador não acredita ser essa a postura adequada perante a população. O Sr. Francisco das Chagas Sousa, membro do Sindicato dos Bancários de Açailândia citou os processos que ajuizou contra alguns Bancos e solicitou ao Tribunal e à Ordem dos Advogados que através dessas ações façam cumprir os dispositivos de lei para que os Bancos não atentem contra os direitos do cidadão. O manifestante questionou a insuficiência de juízes e conseqüente demora no julgamento das causas e opinou que o judiciário deve utilizar mais o recurso da mediação. Questionou ainda acerca do que pode ser feito para sensibilizar o governo para que não se reduza as verbas direcionadas ao Judiciário, por ser a Justiça serviço essencial, inclusive para garantir os demais serviços, como saúde e educação. A secretária da Ouvidora, servidora Neusa Lago, solicitou a palavra para ler manifestação registrada pelo Sr. Ferdinand Gomes e recebida pelo aplicativo *whatsapp*. O desembargador informou que a manifestação lida tratava-se de competência alheia a Ouvidoria e ao Judiciário, tratando-se de matéria do executivo. O Sr. Ferdinand, que estava no auditório, decidiu se pronunciar e questionou que embora fosse competência do poder executivo, cabia ao juiz fazer cumprir a decisão, que embora houvesse aplicação de multa ao Estado, o governo se negava a observar a determinação judicial. O desembargador, respondeu que em havendo aplicação de multa por parte do magistrado, e ainda assim não ocorrendo o cumprimento da decisão, a sugestão é que o magistrado aplique a multa na pessoa do gestor, entretanto são providências que o advogado da causa deve diligenciar junto ao juízo em que tramitar a ação. Dr. André Bogéa informou ser prioridade verificar quais as melhores medidas para se tomar em relação à Saúde, e por isso já foram realizadas reuniões com o Prefeito da cidade, que também assumiu o compromisso de montar uma logística para aperfeiçoar o sistema e evitar a necessidade de ingresso na justiça. Wanderson Freitas, Presidente da Associação de Cadeirantes de Açailândia, informou conhecer a dificuldade da Saúde e questionou ao Prefeito sobre o pagamento para tratamento fora de domicílio (TFD), tratamento este prestado pela Rede Sarah, em São Luís. Relatou que fez requerimento para TFD com 1 (um) ano de antecedência e no dia da viagem o valor do auxílio ainda não havia sido depositado. Inquiriu ao chefe do executivo municipal sobre maneiras de melhorar o atendimento da secretaria de saúde. O Prefeito elencou as dificuldades enfrentadas pela gestão e compromissou-se a fornecer uma resposta ao manifestante,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

bem como a responder todas as demandas para evitar a necessidade de ingressar com Ação no Judiciário. O manifestante Ferdinand Gomes retomou a palavra e reclamou da insuficiência de defensores para abranger toda a região. Manifestou sua admiração pelos magistrados e relatou possuir um processo com sentença favorável em São Luís, sobre fornecimento de medicamentos, os quais está sem receber há dois meses e que ainda está aguardando o cumprimento da decisão. Nesse momento a servidora Neusa Lago solicitou que a parte fornecesse o número do processo para cadastro e posterior análise e retorno da Ouvidoria. Por fim, o Sr. Iranildo Reis, também membro da Associação de Cadeirantes, solicitou à Prefeitura e à Defensoria que também realizem audiências públicas e convoquem a população. O Ouvidor agradeceu aos juízes, às autoridades e a todo público presente. Agradeceu nominalmente a secretária do diretor do Fórum, servidora Liliane Silva e ao Diretor, Dr. André Bogéa Santos, pelo apoio e oportunidade de realizar a audiência na Comarca e manifestou o desejo de voltar em breve trazendo boas notícias. Por fim agradeceu aos presentes, juízes, promotores, vereadores, aos dirigentes da Instituição e considerou a experiência exitosa, visto que o comparecimento das autoridades e da população demonstra comprometimento. Os trabalhos foram finalizados às 20h30min. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.


Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão